

HABEAS CORPUS Nº 501.895 - SP (2019/0092562-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ANA CAROLINA SOUZA REIS BRAGA - SP258610
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIAN DE SOUZA GOMES

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Willian de Souza Gomes** – cumprindo pena em razão de condenação pelo crime de tráfico privilegiado –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que deu parcial provimento à apelação ministerial ali interposta (Apelação Criminal n. 0001186-57.2017.8.26.0618), para afastar a conversão da pena privativa de liberdade imposta ao paciente por restritiva de direitos.

Alega a impetrante, em síntese, que *foi determinada a cassação da substituição da pena por expressões vagas e abstratas, cabíveis em qualquer caso se tráfico de drogas de pequena monta. Pontuou-se apenas a natureza da droga apreendida (crack), sem sequer apontar quanto foi apreendido (pouco mais de 8 g). Ou seja, foi uma argumentação genérica e abstrata* (fl. 8).

Postula, então, a concessão liminar da ordem para *suspender o cumprimento de qualquer sanção penal no Processo n. 0001186-57.2017.8.26.0618 da 2ª Vara Criminal de Taubaté até o julgamento final deste habeas corpus* (fl. 11).

É o relatório.

Dúvidas não há de que o deferimento de liminar é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade.

In casu, da análise dos autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que o pedido formulado se reveste de plausibilidade jurídica, sendo o caso de deferimento da medida de urgência.

Ao afastar a conversão da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, o Tribunal *a quo* consignou (fls. 285/286 – grifo nosso):

[...]

Sendo assim, conclui-se que, em se tratando de crime de tráfico com a causa redutora do § 4º do art. 33, a imposição do regime inicial de cumprimento de pena deve levar em conta o disposto no art. 33 do CP.

No caso, o montante de pena, conjugado com as circunstâncias judiciais desfavoráveis, aponta para o regime inicial semiaberto, o qual fica mantido.

Observo, por fim que, em que pese a redução da pena privativa de liberdade, incabível a conversão dela em pena restritiva de direitos.

Em que pese a recente edição da Resolução nº 5 do Senado Federal, que suspendeu a expressão "vedada a conversão em penas restritivas de direitos", presente no § 4º do art. 33 da Lei Antidrogas, tal benefício não é possível diante das circunstâncias do caso concreto, tendo em vista os efeitos nocivos do crime de tráfico de entorpecentes, que geram profundas feridas na sociedade atual, e revelam a postura indiferente adotada pelo agente com relação à saúde pública e o bem estar social, o que vai de encontro com o requisito previsto pelo inciso III, do art. 44, do Código Penal (CP), qual seja, "os motivos e circunstâncias do crime indicarem que essa substituição seja suficiente".

Desta feita, embora o crime tenha sido praticado sem violência ou grave ameaça, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos não é cabível na espécie, uma vez que seria insuficiente à prevenção e repressão do ilícito penal (art. 44, inciso III, do CP).

[...]

Com efeito, a partir do julgamento do HC n. 97.256/RS pelo Supremo Tribunal Federal, declarando incidentalmente a parcial inconstitucionalidade do § 4º do art. 33 e do art. 44, ambos da Lei n. 11.343/2006, *o benefício da substituição da pena passou a ser concedido aos condenados pelo crime de tráfico de drogas, desde que preenchidos os requisitos insertos no art. 44 do Código Penal. Hipótese em que as instâncias ordinárias referiram-se apenas à natureza hedionda e à gravidade abstrata do crime de tráfico de drogas para fixar o regime inicial fechado e negar a substituição da pena privativa de liberdade por medidas restritivas de direitos* (HC n. 375.963/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 19/12/2018).

Em face do exposto, **defiro** o pedido liminar para suspender os efeitos da decisão que converteu a pena restritiva de direitos imposta ao paciente em privativa de liberdade, até o julgamento do mérito do presente *writ*.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive a respeito do cumprimento da liminar deferida neste *habeas corpus*.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

